

Avanços dos países em desenvolvimento

2005. Ano 2 . Edição 14 - 1/9/2005

"A importância crescente dos países do Sul vai além do discurso e atinge também o comércio e os fluxos de investimento internacionais"

Carlos Lopes

A cooperação entre países em desenvolvimento não é um fenômeno recente. Em 1955, durante a Conferência de Bandung, na Indonésia, países do chamado Terceiro Mundo, cujos anseios internacionais circulavam à margem do embate Leste-Oeste em plena Guerra Fria, reuniram-se para discutir a descolonização e o neocolonialismo, além de trazer o conceito de desenvolvimento para o centro do debate. O sucesso atribuído à Conferência de Bandung estava muito mais ligado à sua capacidade de identificar espaços no sistema internacional, que poderiam ser utilizados pelos países do Sul, do que às suas vitórias concretas no curto prazo. Nas três décadas seguintes, o tema desenvolvimento passou a ser incluído nos debates internacionais e a demanda por alterações na estrutura internacional tornou-se bandeira dos países em desenvolvimento.

Tendo como pano de fundo a crescente e profunda interdependência entre os países, em junho de 2003 Brasil, Índia e África do Sul uniram-se no Grupo dos 3 (G-3). O grupo totaliza 1,2 bilhão de pessoas, inclui a maior democracia do mundo, tem um Produto Nacional Bruto (PNB) de aproximadamente 1,1 trilhão de dólares e representa cerca de 3% do comércio global.

O G-3 permitiu que os países do Sul tivessem maior reconhecimento internacional, principalmente diante dos países do Norte. Recentemente os ministros de Finanças do G-7 convidaram o G-3 e a China para discutir informalmente, pela primeira vez, o alinhamento de políticas monetárias. Do mesmo modo, outras lideranças do Sul participam das cúpulas do G-8 num esforço de "Alinhavar", mesmo que sem grandes pretensões, uma legitimidade que começava a se corroer.

A importância crescente dos países do Sul vai além do discurso e atinge também o comércio e os fluxos de investimento internacionais. Em 1990, 70% das exportações originavam-se em países desenvolvidos e somente 25% nos países em desenvolvimento. No ano 2000, uma nova geografia comercial começa a se delinear, apontando para um novo papel dos países em desenvolvimento. Em 2002 e 2003, além de representarem três quartos do aumento do volume das exportações, os países em desenvolvimento e em transição foram responsáveis por 60% do aumento do volume de importações, segundo dados da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad, na sigla em inglês) de 2004.

No que tange a investimentos, a média anual dos fluxos de investimento externo direto (IED) provenientes dos países em desenvolvimento passou de 5,5 bilhões de dólares, entre 1980 e 1989, para 59,6 bilhões de dólares, entre 2000 e 2003. O aumento dos fluxos de IED Sul-Sul tem sido motivado por fatores similares ao fluxo Norte-Sul: o aumento da competitividade, oportunidades limitadas de crescimento nos seus mercados e aumento das compras de matéria-prima. Adicionalmente, além dos baixos custos de

mão-de-obra e das oportunidades de acesso a mercados, o principal fator para o aumento dos fluxos de IED Sul-Sul aparenta ser a proximidade geográfica e os laços culturais e étnicos. Isso se deve ao fato de que, muitas vezes, o custo de adquirir informação confiável sobre mercados externos pode ser alto, sobretudo para empresas pequenas no Sul. O IED Sul-Sul também se beneficia de incentivos fiscais (entre outros) oferecidos pelos países em desenvolvimento, como acontece na China e na Malásia. O Banco Mundial estima que o IED Sul-Sul continuará a ser significativo nos próximos anos, já que as tendências indicam um aumento dos fluxos nas três grandes regiões em desenvolvimento, África, Ásia e América Latina.

Entretanto, apesar de todos esses avanços e conquistas, o G-3 ainda tem muitos desafios a enfrentar. É crucial que esses países atuem na diminuição das grandes desigualdades sociais, um elemento perverso que impede que os efeitos do bom desempenho comercial resultem em reais benefícios aos mais pobres. Promover a equidade exige um esforço articulado de políticas que incluam, entre outras coisas, melhoria na qualidade da educação, superação das desigualdades raciais e de gênero e promoção do acesso à terra, assegurando uma integração cidadã.

Carlos Lopes é representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e da Organização das Nações Unidas (ONU)

Copyright © 2007 - DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação sem autorização.
Revista Desafios do Desenvolvimento - SBS, Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - Brasília - DF - Fone: (61)
2026-5334